

1. Introdução

Ao se tratar de Rússia, de maneira ampla, pode-se observar uma relação estreita entre o “novo Estado” e a extinta União Soviética, e não por acaso. A atual Rússia é a herdeira jurídica, política e econômica da URSS, ocupando seu assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como todas as suas armas nucleares, mazelas políticas, sociais e econômicas como bem descreve Kort (2007, p. 230):

The Russian Federation officially came into existence on January 1, 1992. Despite the loss of the other former Soviet republics, it was an immense country, still the world’s largest by far, with problems that corresponded to its size. Russia’s population was confused, demoralized, and in poor physical health. Its economy, an unworkable hodgepodge of crumbling socialist institutions and free-market anarchy, was in a state of precipitous decline. Its political system was an equally unworkable combination of decayed Soviet-era institutions and fledgling and fragile democratic practices. Corruption and organized crime were out of control, and Communists who opposed both the collapse of the Soviet Union and democratic and free-market reforms were still entrenched in key positions of power.

Sendo assim, em virtude da dissolução da URSS, a nova Rússia sob a presidência de Boris Yeltsin viria a ter um novo formato baseado em preceitos liberais democráticos. Os mesmos implicariam em uma tentativa de que houvesse maior proximidade com o dito Ocidente¹ liberal capitalista, por meio de reformas e demonstrações de que a infante nação estaria pronta para se juntar ao clube ocidental de Estados. Uma das principais demonstrações disso fora a chamada “Terapia de Choque” implementada por Yegor Gaidar, então ministro das finanças com a proposição de uma rápida liberalização da economia russa, até mesmo para expressar ao FMI e a outros órgãos financeiros mudanças reais neste país (SEGRILLO, 2000, p. 75). Cabe notar que aqui o conceito de Ocidente, que será utilizado ao longo da pesquisa possui características maleáveis. Como coloca Stünkel (2011), o conceito de Ocidente serve, nos casos do Brasil e da Índia como ponto de partida para a construção de suas respectivas identidades, mas aqui

¹A presente pesquisa se utilizará do termo “Ocidente”, de maneira ampla ao longo do trabalho se referindo, especialmente, aos Estados Unidos da América, e aos principais países membros da OTAN.

utilizaremos este conceito desta maneira para analisar a identidade russa. Como coloca o autor, O Brasil e a Índia se utilizam do termo “Ocidente” para as suas necessidades, e a partir deste mesmo conceito pode-se compreender a identidade desses atores (2011, p. 179-180). Aqui utilizaremos esta abordagem para o caso da Rússia. Ainda cabe ressaltar que o termo Ocidente é complicado de ser utilizado, pois mesmo que usado de maneira que o descreva geograficamente ou em termos civilizacionais, nem sempre descreverá uma posição unificada.

Esse período fora marcado por grande colaboração entre a Rússia, os Estados Unidos e a Europa. Diante das dificuldades enfrentadas pelo Estado russo, os Estados Unidos, por meio de sua agência internacional para o desenvolvimento, a USAID, injetou recursos financeiros na economia russa e a assistiu na modernização e liberalização dos seus setores políticos e econômicos, especialmente para ajudar o país na sua transição para um regime democrático. No mesmo período a Rússia também angariou ajuda de organizações governamentais e não-governamentais europeias, uniu-se ao Conselho da Europa, recebeu ajuda do Banco Mundial e do FMI (LIGHT, 2005, p. 136).

Entretanto, os problemas deste país não pararam por aí, pois tão logo o governo de Yeltsin teria que enfrentar problemas com a resistência de seu parlamento, a Guerra na Chechênia, a crise nos Balcãs, a crise econômica de 1998, entre outras questões. Esse panorama se tornava ainda mais complexo, em grande medida, por conta da preocupação russa de grandeza. Durante a década de 1990 e início de 2000, a Rússia se compunha enquanto um ator relevante para o cenário internacional, mas nem de perto significava o mesmo que a URSS. A nova Rússia não era mais uma superpotência, e talvez, nem mesmo uma grande potência, apesar de seu enorme arsenal nuclear e seu assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, mas ainda assim sua influência internacional fora drasticamente diminuída. Aparentemente, a Rússia não aceitava ser relegada a um papel secundário nas grandes decisões internacionais, como pode ser observado nas suas atitudes em determinadas crises, como na Bósnia e no Kosovo, quando a Rússia tenta se contrapor às potências ocidentais, sem muito sucesso.

Este cenário doméstico beirando o precipício não se resolveu tão cedo, e Yeltsin renunciou ao cargo de presidente deixando o caminho aberto para Vladimir Putin assumi-lo em 2000. O momento em que Putin assume a presidência da Rússia há um intenso debate acerca do papel que a Rússia ocuparia no mundo, que deixara de ser definido no momento anterior no qual seu antecessor, Yeltsin não lograra em (re) definir a nova identidade russa. A Rússia até então se encontrava em um tipo de crise identitária, sem definições do que era e do que queria, e muito em decorrência de suas muitas influências culturais, europeias, asiáticas e eslavófilas, a Rússia precisaria se reinventar (LO, 2002, p. 12-19).

Entretanto, não restam dúvidas de que a questão de ser uma grande potência é de suma importância para a atuação da Rússia no cenário internacional nos últimos anos, especialmente na presente pesquisa. A identidade de grandeza da Rússia permaneceria em decorrência de seu histórico imperial e comunista (2002, p. 21). A nova Rússia carecendo retomar um papel grandioso no cenário internacional passa a agir sob as bases da “indispensabilidade” articulado com seu histórico de superpotência e de império, a Rússia agiria conforme o seu pressuposto legado de que era indispensável em qualquer assunto de grande relevância para as relações internacionais. Nas palavras de Lo (2002, p. 54):

A natural corollary of the indispensability thesis was a strong emphasis on ideas of prestige and ‘dignity’. In essence, the argument ran that Russia, as a power without whom the world could not manage its affairs, must be treated as such. This theme of Russia receiving its due was integral to great power ideology – both in general terms and in specific instances.

Embora o uso da retórica de “grande potência” já tenha começado a ser utilizado, com alguma frequência, em fins da década de 1990 pela administração de Yeltsin, ela aparece mais quando Putin assume a presidência do país. Ao assumir seu primeiro mandato, Putin estava obstinado a retomar a identidade de grande potência da Rússia, e o fez a partir de uma relação mais assertiva com o Ocidente, principalmente com os Estados Unidos, seu antigo inimigo externo, bem como a partir das condições de possibilidades, providenciadas pela administração anterior, que deixara o país em situação bastante degradada (KASYMOV, 2012, p. 58).

No início do século XXI, a Rússia ainda se encontrava enfraquecida internamente, por conta de suas dificuldades econômicas e sociais, e ainda muito dependente da ajuda ocidental, mas já apareciam os traços de “confrontações brandas”, como coloca Kasymov (2012, p. 59). Entretanto, a política russa sob a administração de Putin logo apresentaria mudanças marcantes, se comparadas com a administração anterior, pois a Rússia deveria reconquistar seu status de grandeza e a inclinação nacionalista centralizadora de Vladimir Putin deve ser sublinhada como outra condição para tal mudança (2012, p. 59).

Nos primeiros anos da administração Putin, alguns momentos ainda foram marcados pela cooperação em alguns setores, mas as tensões viriam assim que os Estados Unidos declarassem a implementação do escudo antimísseis na Europa e que os norte-americanos se retirariam do Tratado ABM, unilateralmente, além de darem continuidade à expansão da OTAN (KASYMOV, 2012, p. 60). A inclinação de Putin em direção ao paradigma de pensamento “estatista” leva o mesmo a crer que sempre há ameaças externas direcionadas ao seu próprio Estado, tanto em termos de segurança e de interesses nacionais, gerando discordâncias frontais com o Ocidente (2012, p. 61). Dessa forma, pode-se compreender a discordância russa no que concerne a instalação da defesa antimísseis na Europa do Leste, afinal, este artefato retiraria da Rússia, em larga medida, a capacidade de utilizar suas armas nucleares, que são grande fonte de seu prestígio internacional.

Há quem garanta que o atual comportamento da Rússia nas relações internacionais lembre a atuação da URSS, ao se olhar para os momentos de confrontação entre Rússia e Estados Unidos como coloca Colin (2007, p. 112). Entretanto, talvez a mentalidade da Guerra Fria tenha permanecido e isso explique a aproximação entre Rússia e China para contrabalancear os EUA e a UE, dentre outros comportamentos que podem estar acirrando as animosidades entre Rússia e Ocidente em alguns setores, e consolidando uma espécie de “segundo mundo” novamente (THORNTON e THORNTON, 2008, p 446).

Além disso, a continua alienação da Rússia pelos Estados Unidos em um segundo plano, ao tentarem sempre se destacarem como a única superpotência do mundo, vencedora da Guerra Fria, estimula o comportamento reativo russo e a

permanência da mentalidade de Guerra Fria (2008, p. 451). O desagrado de Moscou para com os Estados Unidos pode ser observado no discurso de Vladimir Putin na 43ª Conferência de Segurança de Munique, no qual o presidente russo se dirige aos Estados Unidos, principalmente, de maneira um tanto hostil:

We are seeing a greater and greater disdain for the basic principles of international law. And independent legal norms are, as a matter of fact, coming increasingly closer to one state's legal system. One state and, of course, first and foremost the United States, has overstepped its national borders in every way. This is visible in the economic, political, cultural and educational policies it imposes on other nations. Well, who likes this? Who is happy about this? In international relations we increasingly see the desire to resolve a given question according to so-called issues of political expediency, based on the current political climate. And of course this is extremely dangerous. It results in the fact that no one feels safe. I want to emphasise this -- no one feels safe! Because no one can feel that international law is like a stone wall that will protect them. Of course such a policy stimulates an arms race (Putin's Prepared Remarks at 43rd Munich Conference on Security Policy).

Com base no histórico do relacionamento entre a Rússia e o Ocidente a presente pesquisa tem como principal objetivo a investigação acerca das motivações russas para a atuação na Síria em 2012. Pretende-se compor uma investigação que leve em consideração não apenas questões ideacionais, como também materiais.

Especificamente, as questões materiais se referem, resumidamente, a eventos ocorridos nos últimos anos que sugerem a deterioração nas relações entre a Rússia e o Ocidente. Um dos primeiros eventos que acarretam em mudanças no tom da relação é a questão da Chechênia, na qual a Rússia não recebe apoio ocidental, sequer na segunda guerra, a questão da Bósnia, e mais tarde, ainda sob a administração de Yeltsin, a questão do Kosovo que gera o bombardeio da OTAN à Sérvia em 1999, sem que houvesse consultas à Rússia. Já sob a administração de Putin, no início dos anos 2000, o então presidente norte-americano George W. Bush denuncia o tratado ABM, unilateralmente, e anuncia a construção de um escudo antimísseis na Europa, com radares na Polônia e na República Tcheca.

Em 2002, surge mais um problema na relação entre Rússia e OTAN, ao passo que as repúblicas Bálticas foram admitidas na Aliança, o que desencadeou

sentimentos nacionalistas na Rússia que declarou ampliar sua segurança nas fronteiras com as repúblicas Bálticas (HEDENSKOG, 2005, p. 34). Mais tarde haveria o impasse na questão da Geórgia, que estaria mantendo conversações com a OTAN para se unir à aliança (HEDENSKOG, 2005, p. 41), e mais recentemente à intervenção na Líbia e a tentativa de se passar resoluções e/ou sanções contra a Síria. Ademais, as constantes ondas de expansão da OTAN para perto das fronteiras russas têm sido um problema tanto para o governo de Yeltsin quanto para Putin.

Dessa forma, busca-se, responder a pergunta central que norteará o trabalho: qual a motivação da Rússia em sua recente atuação na Síria? Dado o histórico do relacionamento entre Rússia e Ocidente, atualmente, a questão na Síria parece ser uma tentativa um tanto mais contundente por parte da Federação Russa de “desenhar uma linha” no Oriente Médio e mais uma vez definir sua esfera de influência na região, tendo em vista que a Síria é um dos últimos bastiões soviéticos na região (TRENIN, 2012 b). O caso da Líbia aqui se traduz em um contraposto interessante para a análise e compreensão da atuação russa. Pois, tendo em vista que, apesar de a Síria, historicamente, ter sido mais próxima da Rússia que a Líbia, ambos os países eram aliados e importantes geopoliticamente, mas ainda assim, a Rússia está bloqueando no Conselho de Segurança resoluções contra a Síria, mas não o fez no caso da Líbia. No caso da Líbia, pode-se dizer que a Rússia teria agido de uma forma “normal”, aceitando a atuação da ONU no país, ao abster-se na votação no Conselho de Segurança. Bem como cabe ressaltar que, em outras situações a Rússia, em decorrência de interesses econômicos e/ou políticos, em primeira instância, já vetou outras resoluções do Conselho de Segurança, como em 2011 na resolução contra o Zimbábue (NASAW, 2008), 2007 na resolução contra Myanmar (UN News Center, 2007) e em 2004 com relação ao Chipre (UOL Notícias, 2004). Portanto, a pesquisa se delinea sobre a perspectiva de que, de fato, há interesses econômicos envolvidos, mas carece responder se a posição também está ligada a outros objetivos obscurecidos pelo discurso oficial acerca da Síria.

Ao passo que, Rússia e China vetaram qualquer resolução que fosse contra o regime sírio, o pragmatismo russo com contornos de uma potência mundial que prefere resolver questões cruciais em fóruns multilaterais, mostrou a cara e, parece

que, dessa vez, com mais força para barganhar. A batalha da dupla Rússia e China contra os P-3 se assemelha cada vez mais com as batalhas ideológicas dos tempos áureos da Guerra Fria, na qual as superpotências jogavam xadrez com os peões do terceiro mundo. Além disso, tanto a Rússia quanto a China sentiram-se traídas desde que Qadhafi fora deposto da Líbia por forças da OTAN, pois essas forças teriam se utilizado dos votos no Conselho de Segurança da ONU (DREAZEN E KITIFIELD, 2012).

Para além da atual questão da Síria, é de grande relevância a compreensão de outras questões para que se consubstancie uma abordagem mais apropriada para a política externa russa atual. Há a necessidade de se expor as mudanças ocorridas nessa relação, especialmente a partir de alguns momentos na história desses dois polos, afinal na década de 1990, a Rússia indicava querer fazer parte da OTAN, e anos mais tarde afirma com veemência que tal organização é uma de suas maiores ameaças (THORUN, 2009, p. 53).

Com a finalidade de compreender a atuação da Rússia no conflito sírio a abordagem construtivista será operacionalizada a fim de dar sentido aos fatos históricos dispostos. Mais precisamente, para compreender o presente estudo e suas repercussões serão utilizadas ferramentas de análise como interesses nacionais, a construção da identidade russa, e os discursos que amparam as duas primeiras ferramentas. No capítulo que se segue serão abordadas as questões de construção identitária, conformação de interesses nacionais e análise de discursos, por um viés construtivista. A partir desta abordagem teórica tem-se a possibilidade de se analisar o comportamento russo diante da operacionalização das ferramentas analíticas.

O terceiro capítulo tem por objetivo colocar em pauta o histórico da relação entre Rússia e Ocidente desde 1991 até o presente. Neste capítulo em questão avalia-se, principalmente os eventos que promovem o afastamento e aproximação entre essas duas partes ao longo dos últimos anos. Dentro deste espectro histórico propõe-se que seja relevante ressaltar alguns momentos específicos que podem ter conferido a possibilidade de atualmente a Rússia ter um comportamento mais assertivo com relação às políticas ocidentais.

O quarto capítulo inaugura uma das seções empíricas da presente dissertação. Neste capítulo trata-se do conflito Líbio e a intervenção internacional que se segue à aprovação da resolução 1973. O objetivo do mesmo é o de construir uma base para a futura análise do comportamento da Rússia diante da crise na Síria. Nesse sentido, esta parte analisa as motivações russas para se abster diante da resolução 1973, e o quanto isso impacta as futuras decisões russas.

O quinto capítulo trata do caso que norteia esta pesquisa. Neste mesmo, há a coadunação das ferramentas teóricas dispostas, somadas ao relacionamento histórico entre Rússia e Ocidente e como esses fatores influenciam na atual posição russa no cenário de crise na Síria. No sexto e último capítulo será realizada a conclusão da presente pesquisa. Nesta parte, analisar-se-á se a hipótese levantada pela pesquisa poderá ser comprovada ou não. Além disso, conterà algumas considerações finais sobre a pesquisa e suas repercussões.